

outubro / 2022

GRAMSCHE

Jornal



A OPÇÃO DO JOVEM
ASTROJILDO
PEREIRA

**Bicentenário da independência
De onde viemos e para onde vamos?**

A LONDRES DE
CHARLES DICKENS

EXPEDIENTE



Ricardo Rodrigues A. Lima

IFSP - São José dos Campos

Coordenador

Júlio Cesar Zandonadi

IFSP - Cubatão

Coordenador

Rosa Maria Micchi

IFSP - Cubatão

Coordenadora

Larissa Comodaro N. Sant'Ana

IFSP - São José dos Campos

Bolsista

Ana Luiza C. dos Santos

IFSP - São José dos Campos

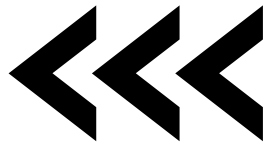
Bolsista



**Endereço: Rod. Pres. Dutra, km 45 - s/n - Jardim Diamante,
São José dos Campos - SP, 12.223-201**

Fone: 12 3901-4400

ÍNDICE



»»»	EDITORIAL	4
»»»	200 ANOS DA INDEPENDÊNCIA: ENTREVISTA COM MARIA ORLANDA PINASSI	5
»»»	O SÍMBOLO INVERTIDO DE CIDADE NA LONDRES DO SÉCULO XIX EM OLIVER TWIST DE CHARLES DICKENS	12
»»»	A HEGEMONIA DO AGRONEGÓCIO	15
»»»	VIAGEM AO CORAÇÃO DO BRASIL	20
»»»	EVENTOS GRAMSCHE: PAULO FREIRE, LÉLIA GONZALES E NELSON WERNECK SODRÉ	23
»»»	CUBATÃO/SP: DO PARAÍSO INDUSTRIAL DO VALE DA MORTE AO MODELO DE DESPOLUIÇÃO E POLO DA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO	26
»»»	ASTROJILDO PEREIRA: DAS DESILUSÕES DA JUVENTUDE À OPÇÃO COMUNISTA	29

EDITORIAL

3ª EDIÇÃO

Caras leitoras e leitores, vem a público a 3ª edição do Jornal do GRAMSCHE. Ele é resultado de um projeto iniciado em 2021 e destinado à produção coletiva de um jornal voltado à divulgação da produção científica e educacional do Grupo de Análises Multidisciplinares em Ciências Humanas e Espaciais (GRAMSCHE – IFSP), de estudantes da nossa instituição, intelectuais acadêmicos e personalidades da cultura e do mundo do trabalho de modo geral. O projeto, de caráter interdisciplinar e multicampi, segue este ano com a participação de novas integrantes e com o mesmo ideal: o de participar da batalha das ideias em favor de um projeto democrático para a sociedade realizado a partir do mundo do trabalho e que valorize o papel insubstituível da educação pública na formação de um ser humano emancipado da barbárie.

Como projeto de extensão que é, seu papel é o de servir como instrumento para a circulação abrangente do conhecimento crítico e de fortalecer o diálogo entre nossa instituição (IFSP) e a sociedade. Em outras palavras, a realização da **democracia cultural**, uma das tarefas da inteligência brasileira enunciadas por Astrojildo Pereira em 1944, personagem abordado neste número, num momento decisivo de combate ao nazifascismo

Quase oitenta anos depois a tarefa persiste atual neste momento em que a manipulação explícita de informações com finalidades políticas e econômicas – as famigeradas fake news – afasta a sociedade, a juventude, a classe trabalhadora, do acesso ao conhecimento crítico tão necessário para se entender os problemas e contradições do mundo atual.

No ano em que se comemora o bicentenário da “Independência do Brasil”, o Jornal do GRAMSCHE aproveitou a oportunidade para ouvir o que nossos intelectuais e estudantes têm a dizer sobre a trajetória histórica, a atualidade e as perspectivas de futuro para o país. Quem domina hoje a economia e a sociedade brasileira? Que setores da sociedade estão nesta disputa pelo poder do Estado e do capitalismo brasileiro? Quais as opções para a juventude brasileira e para a classe trabalhadora de modo geral? Sob diferentes ângulos, neste número são abordadas as tendências que impactam o mundo do trabalho no país, como o avanço do agronegócio e a desindustrialização da economia. Esta mesma discussão é enriquecida e humanizada pelos artigos que abordam a literatura e a arte popular.

Boa leitura!

200 ANOS DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

Entrevista com Maria Orlanda Pinassi (Unesp/Araraquara)



Christian Richter, prédios abandonados pela Europa

Habitamos um território de espoliação permanente

No ano em que se comemora o Bicentenário da Independência do Brasil, o Jornal do GRAMSCHE aproveitou a oportunidade para debater a trajetória histórica, a atualidade e as perspectivas de futuro para o país. Na entrevista a seguir, a professora Maria Orlanda Pinassi (Unesp/Araraquara) nos dá uma bela contribuição para esse debate. Ela nos conta sobre o clima de esperança com a democracia nos anos 1980, nos alerta sobre os riscos ao país e à vida na atual fase de crise estrutural do capital e, sem deixar de vislumbrar saídas, nos convida a prestarmos atenção nas experiências comunais que brotam em meio à crise.





<https://www2.unesp.br/portal#!/unesp-40-anos/faculdades-e-institutos/araraquara---fcl/>

BICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA

200 anos da independência do Brasil

JG. Para iniciarmos nossa conversa, gostaríamos que nos falasse um pouco sobre sua trajetória como intelectual e pesquisadora

MOP. Vamos lá. Sou formada pela Escola de Sociologia e Política de São Paulo, turma de 1981. Tempos de transição, de esperança na democracia, mas apesar dos riscos que teimavam em nos rondar, fervilhavam os debates e as possíveis formas de exercer liberdade política nos *post festum* da abertura. Entre os vários agrupamentos políticos representados naquele espaço *sui generis* da rua Gal. Jardim – um território repleto de teatros, cinemas e botecos, de encontros entre intelectuais, artistas, militantes, boêmios e profissionais da noite - engajei-me num grupo de estudos de Marx e Lukács. Foi através deste grupo que conheci o filósofo István Mészáros.

Na ocasião, com a explosão do fenômeno Lula, do novo sindicalismo, CUT, PT, MST, optei pela carreira acadêmica na recém-criada pós em Sociologia Rural e Urbana na UNESP de Araraquara. Meu mestrado – defendido em 1985 - foi sobre pequenos fornecedores de cana para as usinas de açúcar e álcool da região de Piracicaba, SP. Permaneci por um bom tempo estudando os problemas agrários do país como funcionária da ABRA Associação Brasileira de Reforma Agrária e como professora substituta na Agronomia da UNESP de Botucatu(1988). Em 1994 ingressei como professora em tempo integral no curso de Ciências Sociais da UNESP de Marília, tempos bons, de muitas afinidades ideológicas e afetivas com estudantes e docentes. Defendi meu doutorado na Unicamp em 1996 sobre a primeira revista brasileira, a Niterói (1836) e o processo de formação da nacionalidade brasileira, que publiquei sob o título de *Três devotos, uma fé, nenhum milagre*. Em 2000 transferi-me para as Ciências Sociais, UNESP de Araraquara, onde tive a oportunidade de conviver e formar alunos e alunas sensacionais.

“

...onde tive a oportunidade de conviver e formar alunos e alunas sensacionais.

Nos anos finais de 1990 comecei a trabalhar na edição brasileiro do livro *Para além do capital* de Mészáros; na sequência, participei da preparação de outros livros deste autor publicados pela Boitempo. Um divisor de águas na minha vida acadêmica e militante. Desde então, estudo a obra dele sem qualquer intenção exegética e sim com a perspectiva de compreender, a partir do explosivo instrumental conceitual que ele nos traz, a realidade brasileira e latinoamericana. Essa foi a base teórica da minha tese de Livre Docência em 2006 que deu origem ao livro *Da miséria ideológica à crise do capital* (Boitempo, 2009). Além de Marx, Lukács e Mészáros, Florestan Fernandes foi outra de minhas grandes referências. Minhas pesquisas, publicações e minha atuação com formadora política junto ao MST, à Escola Nacional Florestan Fernandes e demais movimentos sociais da América Latina seguiram essa mesma pegada.

JG. Marx afirmava que são os seres humanos que fazem sua história, mas não nas condições que escolheram e sim a partir do que foi legado pelas gerações passadas. Este é o ano do bicentenário da Independência do Brasil. Pensando na formação do Estado e das classes sociais no país, sob qual legado vamos fazer nossa história?

MOP. Desde a Independência até muito recentemente – com o chamado neodesenvolvimentismo petista -, atravessamos momentos em que se supunha, ou se desejava, uma “superação do atraso”. Mas, se existe um legado na nossa história é o fato de sermos um país de extração colonial, de capitalismo estruturalmente dependente e periférico. E o que isso significa? Que jamais fomos atrasados e que não nos compete decidir sobre o papel que desempenhamos no circuito mais amplo da acumulação de riquezas. Habitamos um território de espoliação permanente, de uma burguesia subserviente e associada ao grande capital (hoje transnacionalizada), de produção de commodities, revoluções verdes, industrialização agrícola, convivemos comuseiros contumazes de veneno e transgenia, da monocultura, do

extrativismo de mercado, da destruição da biodiversidade. Pertencemos a um país gigantesco que amplia suas fronteiras de exploração sempre com muita violência. Por aqui se pratica, sem pudor, extermínio de povos originários, descumprimento das leis, racismos, desigualdades sociais abissais. Somos o repositório das contradições mais agudas do capital global, nossa economia é permanentemente instável e, por aqui, a política é fascistizada de onde ditadura e democracia funcionam como pares antitéticos. E a título de esclarecimento, esse conceito de fascistização permanente, diferente do fascismo fenomênico da Europa, tomo de Florestan Fernandes em “Notas sobre o fascismo”, ensaio publicado no livro *Poder e contrapoder na América Latina*. Tem sido assim desde o início da colonização e os tempos atuais apontam para um recrudescimento dessa condição subordinada para fora e brutal para dentro. Enfim, esse é o legado do Brasil enquanto nação quimérica, uma ficção criada para servir à acumulação do capital global e não nacional. Por isso mesmo é que somos permanentemente atropelados por políticas contrarrevolucionárias, por sucessivos governos que, à quente e à frio, controlam os passos de qualquer organização de massas, das maiores às menores, das mais agudas às mais mornas. Nossos breves tempos democráticos jamais renunciaram a forte aparato repressivo.

JG. Voltando nosso olhar agora para o Brasil contemporâneo. Você tem abordado nos últimos anos o tema da crise estrutural do capital

MOP. Essa é uma categoria que extraio do universo conceitual de Mészáros. É seu conceito mais contundente porque exige uma saída absolutamente radical. Não se trata de uma crise cíclica, cujos limites relativos são passíveis de correções ainda que temporárias por alguma teoria anticíclica como foi o caso do keynesianismo. No século XIX, Marx tratou dessas crises que acompanham a dinâmica da acumulação plena de contradições sociais, nacionais, internacionais.

“

Por aqui se pratica, sem pudor, extermínio de povos originários, descumprimento das leis, racismos, desigualdades sociais abissais...

Elas marcaram o movimento ascendente do desenvolvimento capitalista desde as revoluções burguesas, entre finais do século XVIII início do XIX, até a década de 1960.

A crise estrutural contém as crises cíclicas que se apresentam com frequência cada vez maior, mas diferentemente das crises fenomênicas, a crise estrutural é a própria essência do capital. Ela advém justamente do acúmulo de contradições insuperáveis, o que leva o sistema a atingir seus limites absolutos, ou seja, um processo em que o capital não pode mais reproduzir sequer minimamente qualquer função civilizatória. A crise estrutural significa que entramos no movimento descendente do sistema de reprodução social do capital, do capital como *causa sui*, para o qual pouco importam o valor de uso das coisas nem as necessidades humanas. Isso acontece em função da histórica queda tendencial da taxa de lucro que, sob o neoliberalismo, logra compensação muito além da atividade industrial exclusivamente. Sob essa tendência, que há muitas décadas se recria, o capital não reconhece obstáculos – não importam as consequências - e cresce incessantemente em toda a cadeia de produção destrutiva. Esperar que suas personificações despertem para a necessidade de impor-lhe limites é o mesmo que pedir ao rico que se arrependa de seus pecados e distribua a riqueza acumulada.

Quando se fala em neoliberalismo, portanto, se fala de um processo de desenvolvimento essencialmente destrutivo que dá, nos termos da economia política, livre trânsito à expansão e acumulação do capital em crise estrutural. Isso quer dizer que a cada novo salto desenvolvimentista de cariz neoliberal, seja ele dado por incentivo de governos democráticos ou autoritários, aprofundam-se as consequências deletérias da crise estrutural, consequências que vêm colocando em risco a própria existência do planeta. Por isso mesmo, recusa toda e qualquer forma de desenvolvimento, bem como toda e qualquer forma de Estado controladas pelo capital como soluções para a humanidade.

JG. Como essa crise estrutural tem se manifestado no Brasil em particular?

MOP. Esse vem sendo o caminho que procuro percorrer. Entender o conceito a partir da realidade constituída, no caso, a realidade brasileira, periférica. Para isso, procuro traçar uma linha do tempo que tem início no golpe civil-militar de 64, quando se pavimenta o solo que teóricos da Economia Política definem para o neoliberalismo mais clássico – ao modo de Chile e Inglaterra – que só irá acontecer por aqui nos anos de 1990. No Brasil, o neoliberalismo - ou crise estrutural do capital – também nos foi apresentado por *manu militari*.

Sob motes nacionalistas, a linha dura do golpe dos anos de 1960 – cujos filhotes estão aí hoje a cavar mais fundo o buraco aberto -internacionaliza o patrimônio do país, incentiva a financeirização e a transnacionalização do capital, alarga fronteiras inteiras, promove a Revolução Verde, moderniza a agricultura, expulsa camponeses para as cidades, potencializa a formação de um novo proletariado conduzido no cabresto, sem direitos e sob arrocho salarial, escraviza indígenas em campos de concentração na selva, constitui inúmeros órgãos de controle social como INCRA, FUNAI, EMBRAPA, SUDAM, SUDENE, militariza o espaço nacional, sobretudo a Amazônia, controlada pelos projetos RADAM, Jari etc., abre rodovias para integrar o país, como Transamazônica, constrói hidrelétricas, incentiva a extração mineral. Enfim, uma processualidade que atravessará as décadas seguintes com forte subsídio dos sucessivos governos militares e civis.

Pois então, essa linha de desenvolvimento que se implantou no Brasil, e que o tornou um poderoso produtor de commodities para o grande mercado mundial, tem sido também responsável pelas sucessivas tragédias sociais e ambientais. Não há outra forma de permanecer crescendo para essa finalidade sem desmatar, queimar, exterminar povos originários, assassinar ambientalistas, lideranças. Sob o controle do capital, não há desenvolvimento sustentável possível. O Brasil, nesse sentido, representa fortemente a crise estrutural do capital em todos os seus momentos.

JG. Dando sequência a este tema, você tem feito pesquisas nos últimos anos sobre alguns dos aspectos destrutivos desta crise no país, como seu impacto no mundo do trabalho e no meio ambiente. Gostaríamos que nos falasse um pouco mais sobre isso.

MOP. Continuando o que vinha dizendo antes, todos os setores da economia brasileira nos dão indicativos mais ou menos fortes daquele sentido deletério que comentei antes. A precarização e a informalização do trabalho, o desemprego estrutural e as péssimas condições de vida das famílias trabalhadoras compõem o cenário das atividades urbanas. Viver nas periferias, em favelas e palafitas das cidades significa enfrentar fome, doenças, descaso, despejos, ausência de infraestrutura básica, tráfico e muita violência sob o fogo cruzado das milícias, do crime organizado, das polícias.

No campo, os problemas podem não ser muito diferentes, mas as populações que aí vivem são ainda mais vulneráveis porque sofrem com o agravante de se encontrarem isoladas. Territórios indígenas, quilombolas, assentamentos, quando estão na rota do extrativismo, do agro e do hidronegócio acabam sofrendo, direta e indiretamente as consequências do desenvolvimentismo entre as quais se incluem ataques recorrentes de um consórcio de forças públicas e privadas.

Apesar da gigantesca desigualdade no poder de fogo, são essas populações que enfrentam diretamente os laiaos do capital para defender suas terras e o meio ambiente em que vivem. Funcionam como guardiões dos nossos biomas e são exterminados porque, como sempre, a vida vale muito pouco quando os interesses econômicos são prevaletentes.

JG. Vemos que a situação atual em que se encontra o país exige uma análise que não se restrinja a um campo do conhecimento apenas. Essa era uma característica de Marx, por exemplo. Suas análises recentes têm buscado incorporar, para além da história e sociologia, os conhecimentos produzidos no campo da biologia e de outras ciências. Como percebe o cenário intelectual quanto a este desafio hoje?

MOP. Os primeiros questionamentos mais interessantes que ouvi a respeito dos perigos representados pelo padrão de exploração dos recursos naturais imposto pelo capital aos quatro cantos do planeta vieram justamente de biólogos, geólogos que costumam ter uma visão mais concreta e de totalidade da relação entre humanidade e natureza. Mais do que criticar este padrão destrutivo, esses cientistas alertam para a necessidade de se interromper urgentemente tal dinâmica.

De fato, Marx e Engels tiveram enorme consciência dos problemas ecológicos do capitalismo *in statu nascendi* e acompanharam com entusiasmo o progresso das ciências da natureza, apesar de compreenderem as ameaças que emanavam da onipotência capitalista sobre os recursos humanos e naturais. Por isso mesmo, John Bellamy Foster, Paul Burkett, Brett Clark, Andreas Malm, Kohei Saito, entre outros, compõem um grupo interessantíssimo de pesquisas que partem justamente do universo categorial marxiano e de outras bases científicas para realizar uma crítica radical ao sistema de reprodução sociometabólica do capital, e ao que Foster, sobretudo, denomina de *ruptura metabólica*. István Mészáros e seu conceito de crise estrutural do capital (capítulo 5 de Para além do capital) é referência seminal ao grupo.

Além desses estudiosos, tenho me aproximado também de análises que apreendem a história para bem além do capital, caso, por exemplo, do trabalho recém-publicado por Eduardo Góes Neves, *Sob os tempos do Equinócio, 8 mil anos de história na Amazônia Central*. A visão de ancestralidade presente na crítica anticapitalista de Davi Kopenawa e de Aylton Krenak compõe perfeitamente com a visão de um cientista e ativista humanista como Antonio Nobre, por exemplo, autor do relatório *O futuro climático da Amazônia*. São referências como essas que nos ajudam a pensar que existe vida fora desta grotesca caixa de relações alienadas, desumanizadas em que se converteu o planeta sob o controle mesquinho do sistema de capital. Infelizmente, grande parte das nossas referências teóricas marxistas confiaram – e muitos ainda confiam – na função civilizatória do desenvolvimento capitalista. Defendem a “positividade” do capital industrial em oposição ao parasitário capital financeiro. Se entendermos o significado mais preciso de transnacionalidade, seremos capazes de desmistificar essa bobagem. Outra das funções mais nefastas dessa ilusão certamente se encontra no Estado, nas suas instituições e nas formas de representação burguesa da política.

“

"como essas que nos ajudam a pensar que existe vida fora desta grotesca caixa de relações alienadas, desumanizadas em que se converteu o planeta sob o controle mesquinho do sistema de capital".



JG. Este é um ano de eleição e há muita expectativa sobre a possibilidade de enfrentarmos os problemas que elencou a partir da renovação e mudança das lideranças políticas que irão conduzir as políticas do Estado brasileiro. Aliás, em nossa história o Estado sempre foi um ator decisivo para definir os rumos do capitalismo por aqui - a promoção da indústria com Vargas, as políticas sociais dos governos do PT. Como você analisa as possibilidades de mudanças democráticas pela política atualmente?

MOP. Tenho pouquíssimo a dizer sobre isso. Anseio muito pelo fim da gestão Bolsonaro e isso vem da expectativa pessoal de não mais vê-lo, não mais ouvi-lo, nem mesmo me lembrar que esse fulano existe. É um sentimento imediatista, fugidio, sei disso, até porque Bolsonaro et caterva continuarão existindo e cometendo toda sorte de barbaridades fora das minhas vistas. Além do mais, é assustador pensar que 1) o bolsonarismo é maior do que Bolsonaro e 2) que a atual gestão parece fundar uma nova forma de Estado forte, militarizado, que desdenha da constituição e põe aos seus pés todas as outras instâncias do poder nacional. Com isso quero dizer que não tenho qualquer esperança de que vá ocorrer alguma mudança significativa por aqui depois das eleições. O país está blindado no campo da institucionalidade assaltada por militares. Não acredito, portanto, que outro governo reverta os estragos cometidos por este atual em todas as esferas, sobretudo naquelas de proteção social. E só para fechar, gostaria de chamar a atenção para o fato de que o “plano de bondades” dos governos PT não teve continuidade, mas o “plano de maldades” de Bolsonaro certamente terá.

JG. Para aprofundarmos o tema. Sempre foi uma preocupação do pensamento crítico identificar quais seriam os sujeitos e as forças que representariam a possibilidade de mudança. Florestan Fernandes, por exemplo, mencionava as forças construtivas na história - para ele, a burguesia brasileira não exerceria mais esse papel.

E hoje, frente à crise estrutural, você identifica sujeitos ou processos que apontam para uma alternativa histórica?

MOP. De todas as questões que vocês colocam, essa é a mais difícil de responder, tanto no sentido de identificar os sujeitos da atualidade, como processos societários alternativos. Veja, não estou aqui negando nem a luta de classes, nem o papel do trabalho, muito menos a realização do valor, mas é importante entender que a dinâmica histórica exige uma reflexão profunda acerca dos significados adquiridos por esses termos. Por isso mesmo eu arrisco pensar em um aspecto da questão, ou seja, o da transição.

Nesses 60 anos de processualidade neoliberal no Brasil, assim como em todo o mundo capitalista, a classe trabalhadora, outrora considerada o coveiro do capital, vem sendo o principal alvo do desemprego estrutural, da perda de direitos, da precarização, do empobrecimento, do abandono. Forjados na luta reivindicativa e institucionalizada, seus órgãos de classe – sindicatos e partidos operários -, padecem do mesmo debilitamento. Os movimentos sociais, igualmente reivindicativos, de luta pela terra e pela moradia, formas de organização consideradas ousadas no período anterior, de um modo geral experimentaram apaziguamento e um forte rebaixamento nas suas estratégias de luta com as transmutações do Estado neoliberal.

O governo democrático-popular, voando em céu de brigadeiro, melhorou a condição de vida das classes populares e forjou uma massa consumidora à custa de sua despolitização. Ministrou-lhes direitos individuais, identitários e capturou sua condição de classe. O governo atual, agindo sob os auspícios de um ministro pinocheteano, extingue a tímida distribuição de renda, ataca a educação e saúde públicas, os direitos identitários, despreza a gravidade da pandemia e promove genocídio de pobres pretos, indígenas, mulheres, comunidade LGBTQIA+.

“

"a classe trabalhadora, outrora considerada o coveiro do capital, vem sendo o principal alvo do desemprego estrutural, da perda de direitos, da precarização, do empobrecimento, do abandono."

Pois bem, um quadro breve do país mostra que, em 2020/21, o Brasil comparece com 30 bilionários no ranking da revista Forbes, 11 dos quais estreados. Como justificar a riqueza de 62 brasileiros que, em situação de pandemia, quase dobrou de R\$ 127,1 bilhões para R\$ 219,1 bilhões enquanto metade da população não tem como garantir comida na mesa? Esse capital altamente concentrado não é só vadio, ele é efetivamente criminoso porque assenta sobre quase 700 mil vidas perdidas para a Covid-19, porque produz 116 milhões de famintos, 15 milhões de desempregados, 5 milhões de alentados e mais de 40 milhões de trabalhadores e trabalhadoras informais precarizados. Neste período, aumentou substantivamente o número de indígenas, negros, mulheres, ambientalistas, lideranças populares no campo e nas cidades, perseguidos e assassinados pela cultura do ódio, entulho da ditadura, recidiva de um país que, como dissemos, é estruturalmente subalterno, mais do que nunca cloaca do rentismo, do extrativismo, agronegócio, do tráfico. Nos últimos anos, áreas de floresta e de cerrado, ricas em espécies endêmicas de animais de plantas, muitos dos quais em risco de extinção, arderam sob o negócio do fogo; praias e manguezais do Norte e do Nordeste foram invadidos por grande quantidade de óleo e lixo hospitalar vindos sabe-se lá de onde. Por motivos diversos, todos absolutamente torpes, favelas, aldeias, quilombos vivem sob ataques constantes e brutais para atender os apetites incontroláveis da burguesia transnacionalizada.

Penso que uma maneira efetiva de se pensar sobre essa questão levantada é sair do plano da idealidade teórico-revolucionária e observar atentamente algumas formas criadas pela própria massa trabalhadora para enfrentar as adversidades que a acometem e modificam de modo tão desconcertante.

Ainda que permaneçam necessárias, as formas tradicionais de luta, tão eficazes durante a ascensão do capitalismo para melhorar as condições de vida e de trabalho dos e das trabalhadoras, em momento de crise estrutural, dificilmente terão a oportunidade de recobrar alguma combatividade efetiva. Grande parte da classe trabalhadora está na informalidade e buscam combater a carência sem a presença do Estado, que já se evadiu dos problemas sociais que criou. Atentemos para experiências populares e comunais que atuam na autodefesa da espécie, o que significa defender seus territórios, a natureza e demais espécies. Elas, de fato, vêm se realizando pelo mundo afora e no Brasil, inclusive.

Tais iniciativas possuem o cunho da diversidade (daí a sua riqueza), podendo surgir entre povos tradicionais ameaçados, entre comunidades rurais e populações urbanas em situação de muita vulnerabilidade. Por iniciativa quase sempre de mulheres miserabilizadas, comprovam que é possível formar comunas, viver sem políticas públicas, sem a mão invisível do mercado, sem a lógica do valor de troca, sem divisão social hierárquica do trabalho, sem exploração e sem a corrida desembestada para satisfazer os apetites imaginários impostos pelo capital. Bons alimentos, laços de solidariedade e uma nova relação com a natureza são medidas simples e absolutamente necessárias para sairmos desse imbróglio todo.

Ou seja, o ponto de partida do confronto decisivo contra o capital, frente a toda complexidade decadente do sistema, complexidade essa radicalmente antagônica à complexidade ontológica do ser da revolução, deverá ser bem mais modesto do que sempre se pensou. Mas, certamente não será pacifista.

Maria Orlanda Pinassi é professora aposentada da Unesp de Araraquara/SP. Autora de Da miséria ideológica à crise docapital (Boitempo).

“

"Grande parte da classe trabalhadora está na informalidade e buscam combater a carência sem a presença do Estado, que já se evadiu dos problemas sociais que criou..."

O SÍMBOLO INVERTIDO DE CIDADE NA LONDRES DO SÉCULO XIX EM OLIVER TWIST DE CHARLES DICKENS

Pedro Vitor Pimentel Silveira (IFSP/Cubatão)



<https://www.bigdream.com.br/Sugestao-Destinos/londres>



Costumeiramente, a cidade é vista como um símbolo de proteção, acolhimento e conforto para com seus moradores, semelhante a uma mãe (CHEVALIER e GHEERBRANT, 2002). Entretanto, tal simbologia é questionada ao se verificar as situações desafortunadas pelas quais passam os habitantes da Londres do romance “Oliver Twist”, de autoria do renomado autor inglês Charles Dickens, que se assemelha mais a uma “antacidade”, isto é, “a mãe corrompida e corruptora que, ao invés de dar vida e benção, atrai morte e maldição.”(CHEVALIER e GHEERBRANT, p.240). Adianta-se que essa composição ocorre em detrimento do momento literário, o Realismo, e dos fenômenos sociais da época, regidos pelo sistema capitalista.

A vida de Oliver Twist, desde o nascimento até os primeiros anos de existência, é repleta de situações atroz e problemas que uma criança não deveria ter que enfrentar.



<http://www.meiapalavra.pt/2017/07/17/oliver-twist/>

Cansado de todas essas desumanidades e após ser acometido por uma injustiça, Oliver decide fugir do interior, onde mora, e ir em direção a Londres, por acreditar que lá receberia a proteção que nunca teve. Porém, logo nas primeiras impressões e após esbarrar com as pessoas erradas, o protagonista percebe que o local não corresponde às suas expectativas, como se vê no seguinte trecho, o qual retrata claramente a ideia da anticidade: “Percorreu grande número de ruas estreitas e tortuosas, até chegar a Bethnal Green. Depois, voltando de repente para a esquerda, meteu-se por um dédalo de ruas pequenas e sujas, como se encontravam muitas naquele bairro populoso de Londres” (DICKENS, 2002, p. 120).

Literariamente, a construção da anticidade está intrinsecamente ligada ao período histórico no qual está situada a obra de Charles Dickens.

Previamente a essa época, a literatura estava voltada para a maioria agrária e tratava de assuntos como amor, casamento e relações familiares entre círculos sociais próximos uns dos outros, tendo em Jane Austen seu principal expoente.

Com o advento da Revolução Industrial, o crescimento das cidades e o surgimento do novo proletariado, alteram-se, naturalmente, o foco e os objetivos dos artistas da palavra,

que sentem a necessidade de injetar a questão social, um elemento interno da obra tão importante quanto os demais (CANDIDO, 1980), a fim de compor um novo tipo de romance, com tendências realistas guiando a consciência dos autores (BAKHTIN, 2017), que combine com a nova organização social.

Com isso, a anticidade é formada a partir da cidade industrial e de seus elementos característicos, como espaço de circulação diminuto, alto contingente populacional, trânsito constante, tempo controlado pelo relógio das indústrias, ou seja, a (anti)cidade como entidade controladora de seus habitantes.

Inclusive, a casualidade urbana, que se dá pela rápida e volumosa circulação de pessoas nas ruas, é um dos elementos chave que norteia a vida de Oliver Twist, pois, sem ela, não seria possível que entrasse no caminho de pessoas ligadas à sua família, como o Sr. Brownlow, amigo do falecido pai de Oliver, que adota o garoto ao final do livro. Esse fenômeno só é viável devido à organização da anticidade, a qual acaba por ser “causa e efeito de seus habitantes” (JOHNSON, 2009, 868).

Um ponto relevante a ser apontado diz respeito a como a disposição geográfica da anticidade londrina também está conectada à força do sistema capitalista, condizente com a posição de seus habitantes na estratificação social.

“

a disposição geográfica da anticidade londrina também está conectada à força do sistema capitalista, condizente com a posição de seus habitantes na estratificação social

Em *Oliver Twist*, é perceptível a divisão entre a qualidade dos bairros de alta classe e os bairros pobres ou “bairros de má fama”, que Engels (2010) descreve como localizados em vielas escondidas, escuras e à parte, mas, ao mesmo tempo, próximos às grandes habitações dos ricos (semelhante à forma como os feudos circundavam os vultosos castelos medievais). Oliver, ao longo da narrativa, frequenta tanto espaços miseráveis quanto mansões abastadas e luxuosas, percebendo a separação dentro de uma localidade que deveria ser comum para todos. Tal divisão na anticidade favorece o surgimento de gangues criminosas, como a de Fagin e Guilherme Sikes, antagonistas da obra que aliciam Oliver e outros jovens e os obrigam a cometer delitos, e reforça a indiferença na visão da burguesia sobre o proletariado, que só possui mínima valorização a partir da força de trabalho que pode oferecer para ser convertida em ganhos lucrativos.

Por fim, infere-se que a anticidade, para além de elementos físico-geográficos e topográficos, também possui sua essência inserida em alguns de seus habitantes, mais especificamente aqueles que representam, na obra, os indivíduos que retinham o poder e preenchiam as camadas mais abastadas da sociedade do século XIX.

Em determinado momento, por exemplo, Sr. Bumble, bedel e inspetor do asilo de mendicidade, em uma conversa com a Sra. Corney, a quem ele acaba por desposar, se queixa da reação dos mendigos durante uma distribuição rotineira, e insuficiente, de comida. Esse fenômeno de descaso, menosprezo e desrespeito dos mais abonados para com os mais pobres é explicado por Engels (2010) quando diz que a classe média e os que estão acima dela sabem que a culpa da miséria atribui-se a eles mesmos, mas envergonham-se de endereçá-la e tentam o máximo que podem eximir-se da responsabilidade moral por esses indivíduos que lhes é devida.

Assim, explica-se o “ar irônico que [...] assumem quando se começa a falar da situação dos operários; daí a completa ignorância, por parte da classe média, sobre tudo o que concerne aos operários; daí as colossais tolices que pronuncia essa classe” (ENGELS, 2010, p. 61).

Sendo assim, a partir de todas essas colocações, é possível comprovar que o comportamento da anticidade em “*Oliver Twist*” sobre os personagens é suficientemente atuante e influente para se encaixar nos moldes de personagem. Ao mesmo tempo em que, fisicamente, é construída a partir de seus habitantes, a anticidade, ciclicamente, devolve essa construção a partir da maneira que delinea comportamentos, orienta destinos e impõe modelos de vida dos quais não se pode escapar.

É um processo quase prosopopeico conduzido brilhantemente por Charles Dickens para mostrar que a anticidade londrina pode ser sintetizada na figura de um burguês rico e existe como parte da crueldade instaurada pelo sistema capitalista, que, assim como sua derivada, não está preocupado com o bem estar da maioria que o sustenta, importando-se apenas com o potencial exploratório que esses indivíduos possuem.

E por mais que se esteja tratando de um cenário literário fictício mimetizado a partir de um espaço distante, tanto temporalmente quanto geograficamente, a anticidade londrina, infelizmente, pode ser comparada à atual realidade brasileira (principalmente nos grandes centros urbanos) e deve servir de exemplo para que não se perpetuem todas as inumanidades execráveis que insistem em serem cometidas, principalmente por aqueles que estão no poder e, supostamente, deveriam impedi-las.

Pedro Vitor Pimentel Silveira é estudante do Curso de Licenciatura em Letras do IFSP/Cubatão.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. Teoria do romance I: A Estilística. Tradução Aurora Fornoni Bernardini et al. São Paulo: Hucitec, 2017.

CANDIDO, A. Literatura e sociedade. São Paulo: Nacional, 1980.

CHEVALIER, J; GHEERBRANT, A. Dicionário de Símbolos. 17 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002.

DICKENS, C. *Oliver Twist*. São Paulo: Hedra, 2002.

ENGELS, F. A situação da classe trabalhadora na Inglaterra. São Paulo: Boitempo, 2010.

JOHNSON, S. Complexidade urbana e enredo romanesco. In: A cultura do romance. MORETTI, F. (org.). São Paulo: Cosac Naify, 2009, p. 865-886.

A HEGEMONIA DO AGRONEGÓCIO NA SOCIEDADE BRASILEIRA

Claudio Reis (UFGD/MS)



<https://www.cotrijuc.com.br/2021/05/04/agropecuaria-tem-maior-geracao-de-emprego-no-1o-trimestre-desde-2007/>



No ano do bicentenário da Independência do Brasil, qual classe social domina a economia e a sociedade brasileira? Que setores da sociedade estão nesta disputa pelo poder no capitalismo brasileiro? No artigo a seguir, especialmente para as leitoras e leitores do Jornal do GRAMSCHE, o Professor Cláudio Reis (UFGD-MS), traça um perfil do setor ligado ao agronegócio em sua luta para conquistar a hegemonia na sociedade brasileira.



<https://www.brasilefato.com.br/2019/08/26/na-contramao-do-agronegocio-terras-indigenas-lideram-preservacao-e-reflorestamentos>

Os velhos latifúndios improdutivos em solo brasileiro deram lugar, a partir das duas últimas décadas, a grandes faixas de terras superprodutivas. A alta tecnologia do chamado agronegócio situou a produção agrícola como protagonista no desenvolvimento capitalista do Brasil contemporâneo. É certo que os avanços das forças produtivas no campo não romperam com as velhas práticas políticas do latifúndio, porém, provocaram a criação de novas situações sociais, nos espaços locais e regionais. Em praticamente toda fronteira Oeste brasileira, de Norte a Sul, numa faixa de 300 km para dentro do território, há pouca mudança na paisagem. Enormes extensões de terras de cultivo de soja, milho, cana-de-açúcar e outras monoculturas, compõem o horizonte de centenas de quilômetros. Esse sistema produtivo acrescentou novas camadas sociais, políticas e culturais, sobre as antigas cidades. Grandes usinas de álcool e açúcar, inúmeros silos para armazenar toneladas de grãos, cercam as pequenas cidades. Novas configurações surgiram no mercado de trabalho, nas disputas pelo poder político local e nas organizações civis. Tais alterações, todavia, nos âmbitos produtivo e econômico, não consolidaram, até o momento, os elementos necessários para a formação de concepções democráticas e populares.

Dourados, por exemplo, cidade localizada ao Sul de Mato Grosso do Sul, com pouco mais de 220 mil habitantes, e a meio caminho entre Rio Grande do Sul e Rondônia, ao mesmo tempo que se destaca pela forte presença do agronegócio – com usinas de álcool e açúcar, plantações de soja e milho, além de grandes empresas de proteína animal – também concentra a maior reserva urbana indígena do país, com mais de 15 mil habitantes das etnias Guarani, Guarani Kaiowá, Guarani Nhandeva e Terena. (Terras indígenas no Brasil, 2021). Criada em 1917, esta reserva fez parte da política de confinamento de indígenas em territórios delineados pelo Estado brasileiro. Retirados, por meio da violência, de seus territórios originários, os indígenas foram levados forçosamente para as aldeias e, com isso, suas terras ficaram livres para o processo de colonização. Obviamente que este cenário gerou, e ainda gera, dramáticos conflitos. Atualmente, o grupo social subalterno composto pelos indígenas da região enfrenta a hegemonia do agronegócio. A superestrutura local é ocupada, quase que integralmente, pelos defensores dos atuais fazendeiros. Escolas, imprensa, organizações culturais, clubes cooperativos, igrejas e sindicatos, além da própria sociedade política, mantêm os indígenas numa rígida situação de subalternidade.

“

Retirados, por meio da violência, de seus territórios originários, os indígenas foram levados forçosamente para as aldeias e, com isso, suas terras ficaram livres para o processo de colonização

A resistência é realizada sob enormes dificuldades.

Como se sabe, durante séculos os proprietários de terras dominaram a sociedade brasileira. Domínio dado pelo uso exclusivo da força e da violência das armas. Seus interesses eram defendidos por grupos privados armados os quais, na maioria das vezes, agiam em aliança com os aparelhos repressivos do próprio Estado. Essa classe dominante, possuidora de grande parte do território nacional, somente no decorrer do século XX irá compartilhar o poder do Estado com outros setores igualmente poderosos e terá, assim, companhia no processo de dominação sobre toda a sociedade. Com o avanço do capitalismo e o surgimento de outros ramos da produção econômica, os proprietários de terras deixaram de ser a única expressão da classe dominante.

De qualquer modo, a sua presença nas estruturas do Estado sempre foi forte. Até os primeiros anos do século XXI o seu poder foi exercido sobre a sociedade brasileira apenas pela violência, seguindo a antiga tradição. Enquanto outras frações das classes dominantes já estavam em busca do consenso sobre as classes subalternas – pela educação, por produções culturais diversas e pela opinião pública – somente nos últimos 20 anos os donos de terras passaram a almejar este objetivo. Bancos, indústrias, serviços e comércio, cada um ao seu modo, buscaram no decorrer do século XX convencer a classe trabalhadora quanto aos seus interesses. Aqueles foram os agentes da construção da hegemonia burguesa no país. Os donos de terras se restringiam ao domínio do aparelho do Estado e ao uso da violência sobre as classes e os grupos subalternos. Construir uma hegemonia que representasse seus interesses privados não era um projeto. Disputar, junto às demais classes dominantes, a hegemonia geral de condução do processo histórico brasileiro não era algo vislumbrado pelos proprietários de terras. Este cenário muda com o surgimento do agronegócio. A partir dos primeiros anos do século XXI os proprietários de terras do Brasil – que deixam de ser apenas indivíduos ou famílias e passam também a ser multinacionais e grandes conglomerados –

iniciam uma nova fase no processo de dominação: a busca pelo convencimento das demais classes quanto aos seus interesses privados. Deixaram de atuar exclusivamente pela coerção e passaram a investir numa poderosa máquina de consenso.

Seus intelectuais orgânicos que atuam na sociedade política – ou aparelho restrito e coercitivo do Estado – pouco mudaram. Ainda preservam o perfil moral rude dos primeiros colonizadores. Entretanto, com o surgimento da pauta ambientalista em dimensão nacional e global, além de diversas outras questões comportamentais da própria sociedade brasileira, os novos donos das terras foram forçados a criar outros tipos de intelectuais orgânicos. E a frente de luta destes não está na sociedade política, mas na sociedade civil. É nela que devem atuar junto ao conjunto da população para garantir o apoio social necessário para a manutenção do seu poder secular. É neste processo que surge o agronegócio como um conceito carregado de ideologias que tentam desvincular os donos das terras de suas velhas práticas sociais e políticas. Assim, em pouco tempo, o agronegócio tornou-se sinônimo de modernidade e futuro, de inovação científica e produção cultural. Ele busca representar não apenas o desenvolvimento econômico, mas também um tipo de sociabilidade que, a partir de vários elementos, deixou de se restringir ao campo, ou seja, ocupou grandes cidades e centros urbanos. Obviamente que a força econômica do agronegócio é inquestionável e ela está no centro de seu projeto de hegemonia. Efetivamente, em termos de acúmulo de capital, o agronegócio representa atualmente uma enorme força, capaz de fazer frente aos demais setores que dominam a economia nacional. E este é um dado permanentemente exaltado na construção do consenso social. Entretanto, ao longo da história brasileira, os donos das terras sempre detiveram enorme poder político-econômico. Sempre obtiveram papel de destaque tanto no interior das estruturas do Estado, quanto nas estruturas da economia nacional. Sobre este aspecto, o agronegócio pouco inova.

A sua originalidade histórica agora está no seu projeto destinado à construção de uma hegemonia que o represente. A utilização dos aparelhos de hegemonia, visando a conquista do consenso social,

tornou-se um instrumento de poder tão importante quanto o uso da violência.

É possível identificar como elementos de sua estrutura hegemônica, os seguintes pilares: o educacional, o cultural e a opinião pública. Cada uma destas dimensões da vida social possui a sua complexidade. Cada uma merece abordagens específicas e aprofundadas. Aqui, portanto, serão feitas sinalizações introdutórias. O objetivo é apenas o de mapear, num primeiro momento, os espaços de atuação utilizados pelo agronegócio para a construção de sua própria hegemonia.

Antes, porém, e ainda que tardiamente, é necessário contextualizar rapidamente o surgimento do conceito de agronegócio. Ele surgiu entre as décadas 1990 e 2000 com objetivo de redefinir o entendimento de “atividades agrícolas”. A partir de então, a produção do campo deveria ser vista de modo integrado entre mais de um setor produtivo. Como afirma a autora Maria Luisa Rocha Ferreira de Mendonça: No Brasil, o termo agronegócio, compreendido como o processo de industrialização da agricultura, tem sido utilizado para justificar a criação das chamadas cadeias produtivas, com o objetivo de agregar atividades agroquímicas, industriais e comerciais aos cálculos econômicos da agricultura. (Mendonça, p.140, 2013)

Ideologicamente, seus defensores difundiram o argumento de que a agricultura nos moldes do agronegócio seria a solução para resolver a escassez de comida no mundo, principalmente a partir dos anos 1950, por meio do modelo que ficou conhecido como “revolução verde”. Nos anos 1990, defensores da ideologia neoliberal utilizaram-se deste tipo de mensagem para reivindicar recursos públicos para o agronegócio. (Idem, p.171) De modo bastante resumido:

A construção do conceito de agronegócio, inicialmente forjada nas universidades dos Estados Unidos como agribusiness, foi importada através de meios acadêmicos e políticos no Brasil e serviu de base ideológica para explicar a continuidade do apoio estatal para o latifúndio e para a intensificação do uso de insumos industriais na agricultura.

Na atualidade, o conceito de agronegócio continua a ser difundido nos meios de comunicação, associado à imagem de eficiência e desenvolvimento. (Mendonça, p.205, 2013)

Nota-se, pela abordagem acima, que para além do aspecto ideológico o agronegócio contém uma concepção ampla de sociedade, isto é, contempla uma noção de hegemonia.

As formas pelas quais a educação, a cultura e a opinião pública são utilizadas pelos donos das terras para alcançar o consenso social não ocorre, por sua vez, de modo homogêneo. Cada estrutura segue as particularidades de cada contexto social e político existente no território nacional.

A sua atuação no espaço educacional, por exemplo, não ocorre em todos os estados do país, mas apenas naqueles em que suas atividades econômicas e também políticas são predominantes. Neles é prioritário criar não apenas mão de obra capaz de atuar na produção, mas também formular e difundir ideologias em sua defesa. Velhos enunciados como “progresso”, “modernidade”, “desenvolvimento econômico”, etc., são atualizados e defendidos nas instituições de ensino para fazer frente aos permanentes conflitos envolvendo disputas de territórios com os demais grupos sociais que dependem da terra para a sobrevivência. Indígenas, quilombolas, ribeirinhos, pequenos proprietários e os sem terras são, em maior ou menor grau, os principais obstáculos para a manutenção e o avanço do agronegócio. Portanto, é sempre urgente, nos estados e nas regiões em que os donos das terras são dominantes econômica e politicamente, fazer com que as populações locais tenham uma percepção sobre o mundo voltada para a sua defesa. Um exemplo da projeção do agronegócio sobre o ambiente educacional e escolar é o “Programa Agrinho” do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. Este programa está presente nos principais estados produtores do agronegócio e atende ao objetivo de difundir os valores deste ramo da economia no interior da educação infantil. Mato Grosso do Sul é um dos estados contemplados por tal iniciativa. (Serviço nacional de aprendizagem rural – Senar/MS, 2021). Já a dimensão cultural contribui para uma difusão de maior alcance, de cunho nacional, dos valores oriundos do agronegócio.

Na música, o velho caipira é substituído pelo jovem sertanejo, com letras contextualizadas no espaço urbano e com foco em relacionamentos amorosos. As letras sobre o “homem do campo” e o seu contato com a natureza desaparecem. Com essas características, o chamado “sertanejo universitário” alcançou todo o território nacional, rompendo as delimitações regionais do agronegócio. A “moda sertaneja”, com suas características de vestimenta, também se transformou em símbolo de força e poder, não mais associado ao “jeca” miserável, mas ao fazendeiro bem-sucedido. Até mesmo no campo da linguística há aspectos da hegemonia do agronegócio. Os jargões, os sotaques e as palavras, identificados com o homem rude, porém rico, do campo, também exercem influência sobre a visão de mundo de milhões de brasileiros. De alguma forma, essas dimensões culturais têm seu ápice nas feiras agropecuárias espalhadas pelo país e que mobilizam grandes massas de pessoas em várias cidades.

Conquistar a opinião pública nacional também é objetivo da hegemonia do agronegócio e, para isto, são investidos muitos recursos financeiros em grandes peças publicitárias. O interesse central é ofuscar os impactos causados pelas divulgações dos inúmeros dados que denunciam o amplo uso de venenos nas plantações, a destruição do meio ambiente e a tradicional concentração da posse das terras. Canais de televisão, rádios, jornais impressos e revistas também se colocam como porta-vozes do setor e atuam para criar uma opinião pública nacional favorável aos interesses privados do agro. A conquista da opinião pública nacional é o grande desafio de seu projeto de convencimento. Em todos esses pilares da construção de sua hegemonia, os conflitos reais devem desaparecer: disputas por terras, degradação ambiental, uso excessivo de venenos nas plantações, entre outros, devem ser eliminados. Em tais territórios, de fato, a hegemonia nasce na fazenda produtiva e a partir dela canais de difusão devem ser criados.

“

A sua atuação no espaço educacional, por exemplo, não ocorre em todos os estados do país, mas apenas naqueles em que suas atividades econômicas e também políticas são predominantes.



<https://www.condsef.org.br/noticias/dos-frigorificos-as-plantacoes-cana-como-agronegocio-expos-indigenas-covid>

A dominação integral deste setor da economia capitalista brasileira sobre Dourados, Mato Grosso do Sul e o Centro-Oeste brasileiro, dificulta a criação de aparelhos de hegemonia vinculados não apenas às lutas dos povos indígenas, mas também aos trabalhadores assalariados do campo e da cidade.

Muitos são os intelectuais orgânicos do agronegócio que atuam na sociedade civil para garantir unidade entre seus interesses privados e os anseios do restante da população. O aparelho coercitivo do Estado, do mesmo modo, está vinculado de modo orgânico aos projetos do agronegócio. A sociedade política, em grande parte do país, encontra-se praticamente toda ocupada pelo agronegócio. Aqui, o seu domínio é ainda mais robusto do que aquele encontrado na sociedade civil. A sociedade política, em tais localidades, é o terreno de um único exército. Nele há pouca ou nenhuma oposição. Pouco diferente é caso da sociedade civil, pois nesta ainda é possível identificar alguma resistência, mesmo que muito frágil e limitada a alguns agrupamentos. Há pouca dúvida sobre a força do agronegócio atualmente e não apenas em relação à sua dinâmica econômica, mas também sobre suas dimensões político-culturais.

Como força hegemônica, os donos de terras ampliaram sua presença na vida nacional. Novas formas de dominação foram criadas, assim como, novas contradições.

Claudio Reis (Professor de Teoria Política da UFGD/MS - Doutor em Ciências Sociais pela Unicamp)

REFERÊNCIAS

- MENDONÇA, Maria Luisa Rocha Ferreira de. Modo capitalista de produção e agricultura: a construção do conceito de agronegócio. São Paulo: Tese Doutorado em Geografia Humana, FFLCH/USP, 2013.
- SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL – SENAR/MS. Programa agrinho. <http://www.agrinhoms.com.br/content/about-us>, Acesso em 10/04/2021.
- TERRAS INDÍGENAS NO BRASIL. Reserva indígena Dourados. <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/3656>, Acesso em 10/04/2021.

“

dificulta a criação de aparelhos de hegemonia vinculados não apenas às lutas dos povos indígenas, mas também aos trabalhadores assalariados do campo e da cidade.

VIAGEM AO CORAÇÃO DO BRASIL: ANTÔNIO FRANCISCO LISBOA

Victor Rodolfo Lomnitzer (Colégio Presidente Kennedy/Santos)



<https://euroveloportugal.com/pt/poi/santuario-do-senhor-do-bom-jesus-de-matosinhos>



Em meio à profunda crise humanitária que nos assola, onde podemos buscar pistas para a construção de um mundo verdadeiramente humano? Com essa dúvida na cabeça, o professor e produtor cultural Victor Lomnitzer foi até Congonhas do Campo (MG) conhecer a obra de um mestre da cultura popular e do barroco brasileiro, Antônio Francisco Lisboa (1730(?) – 1814), “o Aleijadinho”. Confiram!



<https://donorteaosul.com/2016/10/15/as-obras-de-aleijadinho-em-congonhasmg/>

Quem vai para Minas Gerais e tem a oportunidade de visitar as cidades históricas, geralmente começa visitando Ouro Preto ou Mariana (ou as duas cidades no mesmo dia). Congonhas do Campo geralmente finaliza a excursão, até porque é lá que ficam as últimas e mais famosas obras feitas pelo nosso maior escultor, o senhor Antônio Francisco Lisboa, conhecido pela triste alcunha de “o Aleijadinho”. Mas quem passou sua vida acadêmica inteira ensinando sobre o barroco brasileiro e pesquisou minimamente a vida e a obra deste gênio, dificilmente consegue seguir este roteiro.

No adro do Santuário do Bom Jesus de Matosinhos, os doze profetas sucumbem aos rigores do tempo, alinhados e divididos pelo teor de suas profecias e posicionados de tal maneira que não se pode alterar a ordem desta disposição. A esperança de um lado, o apocalipse do outro. Assim nosso escultor registra também sua própria trajetória. Filho de Manuel, renomado arquiteto português com a escrava Isabel, cresceu aprendendo as artes do pai sem esquecer sua origem materna. Até os quarenta anos viveu como um príncipe, de festas em festas, sempre com muita alegria, dividia seu tempo entre trabalhar para enaltecer a beleza da vida espiritual e compartilhar os prazeres da vida material.

Depois dos quarenta, por conta da doença degenerativa que o arrebatou, conheceu a dor, a tristeza, o isolamento e, na arte, encontrou um destino para sua angústia.

Começar pelo fim parece errado, mas sob o céu de Congonhas está o ápice da expressão artística brasileira e, deixar para depois, nem sempre é possível. É preciso se apressar em ver de perto estas esculturas que o tempo corrói e que deveriam estar preservadas em local apropriado para evitar a degeneração que agride seus membros ainda mais lentamente que os de seu criador. Quem visita o museu (quem paga para visitá-lo), descobre lá as réplicas em tamanho natural de duas delas, escaneadas e materializadas para substituir as originais no local de origem, preservando assim as autênticas, num ambiente protegido dos efeitos do tempo que se agravam por conta da poluição cada vez maior e da acidez das chuvas, que aumentam assustadoramente. A discussão que envolve a comunidade local, as entidades ligadas ao patrimônio histórico, alguns políticos e governantes, curadores, religiosos e sabe-se lá quais outros interessados, prossegue por anos e promete continuar sem solução, mantendo o padrão da idiosincrasia nacional.

“

A esperança de um lado, o apocalipse do outro.

Neste museu estão também registros das impressões de críticos importantes no cenário internacional do século XIX, que desvalorizavam a produção deste escultor até então desconhecido no cenário mundial. Frases como “os romanos não tinham narizes assim” demonstram o quão críticos estão sempre atentos ao que não merece atenção e alheios ao talento que emerge da alma e transforma blocos de pedra ou troncos de árvore em formas autênticas de expressão da natureza humana. Aos modernistas de 22 devemos mais uma, pois suas interferências resultaram no resgate do valor verdadeiro deste escultor, finalmente comparado em todas as academias de belas artes do mundo aos prodigiosos Rodin e Michelangelo, pela sua expressividade, pelo seu talento, por sua técnica primorosa e pelo seu incomparável estilo - tão inconfundíveis que passa a ser a assinatura de muitas de suas obras, já que Antônio não as assinava. Por quarenta anos suas obras foram belas e cheias de vida. Arquiteto que superou o pai, escultor que inseriu formas e símbolos indígenas e africanos nas igrejas que decorava. Aprendeu a trabalhar com Mestre Ataíde, pintor de talento incomensurável, dividindo espaços com harmonia e beleza notadamente caracterizadas pelo povo e pela cultura nacionais, criando com seus parceiros o barroco brasileiro, que consegue ser ao mesmo tempo tardio e inovador! Aos quarenta anos tem início seu sofrimento por conta da doença que o deforma e degenera seu corpo aos poucos. Destroiu todas as pinturas que o retratam e as imagens que atualmente mostram sua fisionomia tem autenticidade bastante duvidosa. Recluso, passa a trabalhar freneticamente e sua dor impulsiona o poder expressivo que compartilha com seus personagens. Em Congonhas do Campo, nas capelas que se espalham morro abaixo, depois de fazer em pedra sabão os doze profetas, Antônio decidiu esculpir a “via crucis”, na madeira e em tamanho real.

Seus personagens foram esculpidos com martelo e cinzéis amarrados nos pulsos, pois sem alguns dedos já não conseguia mais segurar seus instrumentos de trabalho.

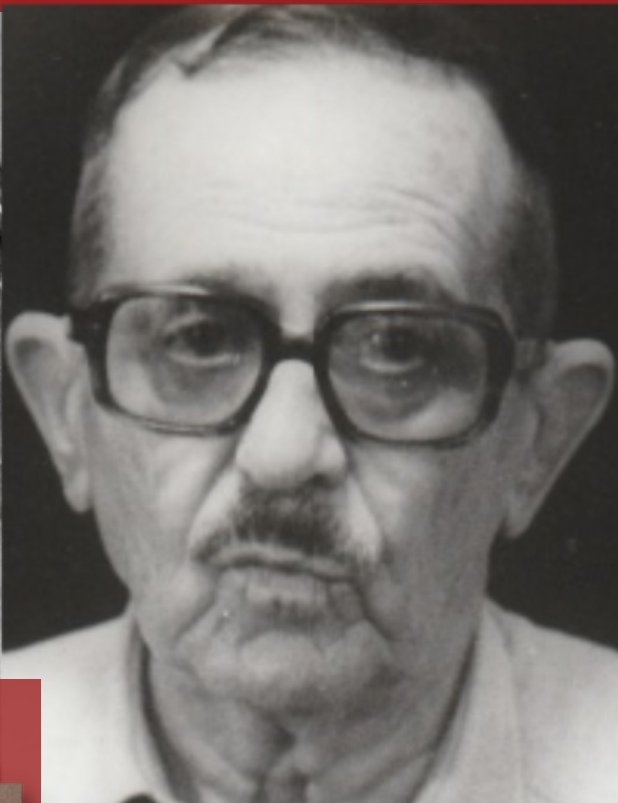
Começar pelo fim foi inevitável. Era preciso olhar aquele Cristo e sua cruz de perto, fora dos livros de arte e das apostilas didáticas, pela janela da capelinha que nos separa desta obra prima, para ver em seu semblante a dor de quem representa misturada a de quem o criou. O impacto desta experiência nos atinge como um raio. Paralisa. A expressividade da obra de Antônio nos faz sentir sua agonia, seu sofrimento nos invade e podemos entender seu último desejo. Antônio pedia, em suas orações, que Deus se lembrasse dele o mais breve possível. Mas enquanto sua obra não foi concluída, seu desejo não foi atendido. Para finalizar o passeio invertido, que começa pelo fim, mais uma justificativa dessa urgência salta diante de nossos olhos: uma estrutura de andaimes sendo desmontada na última capela, a que tem em si a última ceia. O teto rachado que ameaça desabar não foi restaurado e a empresa que alugou os andaimes está retirando seu equipamento, pois o prazo do aluguel venceu e a obra nem foi iniciada. Novamente percebemos o quanto estamos distantes da compreensão dos valores históricos, artísticos e culturais que estão sob nossa responsabilidade. Voltamos para casa depois de explicar que não poderemos “dar um pulinho em Ouro Preto”, que fica no caminho de volta, pois para “digerir” a experiência em Congonhas do Campo, precisaremos dar um tempo...

Victor Rodolfo Lomnitzer é Professor de Artes Cênicas, Bacharel em Comunicação Social e Produtor Cultural. É professor de Arte no Colégio Presidente Kennedy, em Santos (SP), e integrante do GRAMSCHE.

“
Seus personagens foram esculpidos com martelo e cinzéis amarrados nos pulsos, pois sem alguns dedos já não conseguia mais segurar seus instrumentos de trabalho.”

EVENTOS GRAMSCHE PAULO FREIRE, LÉLIA GONZALES E NELSON WERNECK SODRÉ

Vitória Maria Barreto Barca (IFSP/Cubatão)



Marco A. Rossi, Paulo Freire: o mestre

Flavia Rios, Lelia gonzalez

Sem terra, legado e contribuicoes de nelson werneck sodre para o povo brasileiro



O projeto *Seminários do GRAMSCHE: A Formação Socioespacial Brasileira: Os intelectuais do Brasil*, que pertence ao *Grupo de Análises Multidisciplinares em Ciências Humanas e Espaciais (GRAMSCHE)* no IFSP realizou neste ano de 2022 dois eventos: o primeiro sobre a vida e obra de Paulo Freire e o segundo de Lélia Gonzalez – ambos mediados pelo coordenador do projeto, Dr. Júlio César Zandonadi, e pela bolsista Vitória Maria Barreto Barca. Este projeto consiste em discutir o Brasil, fazer um levantamento de intelectuais que buscaram analisar a construção do que é o Brasil. Ainda mais este ano, em que o país completa o bicentenário da independência e tem uma eleição decisiva a para o futuro do povo brasileiro, é de extrema relevância que busquemos intelectuais, estudiosos que contribuem, com suas análises e obras, para nossa formação social e política.



<http://www.gazetacentro-sul.com.br/noticia.php?id=8005>

No primeiro semestre, em 17 de maio, para palestrar sobre a trajetória política de Paulo Freire convidamos a Doutora em Educação, Mariângela Graciano, da UNIFESP de Guarulhos, que estudou a contribuição da sociedade civil no que diz respeito às práticas educativas nas prisões em São Paulo. Em uma de suas falas, a Dra. contou sua experiência ao entrevistar as mulheres encarceradas e, ao contrário do que pensou, elas afirmaram que estudar está muito mais relacionado a uma questão presente do que a uma expectativa de futuro, de modo a dar um certo orgulho ou recompensa à família; de transformarem suas realidades; de se sentirem ‘gente’, porque elas sabem o preconceito que a sociedade possui com ex-presidiários. O questionamento feito era de “que se era difícil para nós, que estamos fora, imagina para elas quando saírem”. Para análise dessa situação, Mariângela retomou o conceito de Paulo Freire sobre educação, de que a educação não é um ‘vir a ser’, nós não estudamos para o futuro ou para ser alguém na vida, pois a educação acontece no agora; educação é a vida propriamente dita. Sob essa ótica, tal situação está relacionada à vivência das classes sociais no modo de produção capitalista, à lógica da sobrevivência à qual a população pobre está submetida. É viver pelo presente, para as necessidades do agora. Planejar o futuro é um privilégio para aqueles que têm uma garantia e uma estabilidade.

Em relação à trajetória ideológica, Paulo Freire não se considerava e nem era visto como um marxista, mas também estava longe de pensar como elite. Sua luta foi pela autonomia na educação. Em suas obras, ele propunha que as pessoas se conscientizassem coletivamente e que conquistassem sua autonomia. Por este motivo, Freire se colocava contra a educação bancária, que inclusive está vigente até os dias atuais, em que o educador apenas deposita seu conhecimento no educando, sem considerar suas vivências e seus conhecimentos. A Dra. Mariângela nos lembrou que Paulo Freire iniciou esse debate mostrando às pessoas que elas possuem cultura e, conseqüentemente, transformam realidades. Nesse aprendizado autônomo, as pessoas começam estudando sua própria realidade, identificando as situações limites, ou seja, as situações que nos trazem o sentimento de sermos menos humanos. Diante disso, há duas saídas: aceitar as situações dessa realidade ou interpretar e analisa-las coletivamente até chegar ao “inédito viável” – ‘inédito’ por ser uma nova ideia, nunca pensada anteriormente e ‘viável’ porque não precisamos de um ser superior para fazer acontecer – de modo coletivo e subjetivo, analisando as estruturas, mas olhando também para dentro de nós, para nossa história.

“
viver pelo
presente, para
as necessidades
do agora.
Planejar o
futuro é um
privilégio para
aqueles que
têm uma
garantia e uma
estabilidade.

Por fim, a Dra. Mariângela nos indica *Pedagogia do Oprimido* para quem gostaria de começar a ler Paulo Freire, e *Cartas a Guiné Bissau*, para entender sobre alfabetização e autonomia da língua. O evento ocorreu no auditório do IFSP - Campus Cubatão e a transmissão foi disponibilizada no canal **Observatório das Cidades Litorâneas**, na plataforma do Youtube.

No segundo semestre, em 23 de agosto, convidamos a historiadora Melina de Lima, neta de Lélia Gonzalez, para apresentar e debater sobre a vida e a obra de Lélia. Assim como o de Paulo Freire, o evento aconteceu no auditório do IFSP - Campus Cubatão, o qual também está disponibilizado no canal do youtube **Observatório das Cidades Litorâneas**. Decidimos discutir sobre Lélia porque ela é uma intelectual negra muito importante e que analisou em seus estudos o tripé classe, raça e gênero, mas, de modo contraditório, suas contribuições tem sido esquecidas e invisibilizadas no meio acadêmico. Inicialmente, Melina de Lima contou um pouco acerca da formação de Lélia, a qual possuiu uma vasta formação: fez História, Geografia, Filosofia, Comunicação Social, Antropologia, especializou-se em psicanálise e se aprofundou no candomblé para entender a cultura e as religiões de matriz africana, além de ser poliglota autodidata. Com toda essa formação, ela pôde se aprofundar na estruturação do racismo, olhando por diferentes pontos de vista, fazendo parte do feminismo negro, com forte influência, principalmente, da intelectual negra norte-americana Angela Davis. Com tamanho conhecimento, Angela Davis viajou o mundo para desconstruir a ideia que construíram sobre a democracia racial, em que ela pode entrar em contato com os países latino-americanos, os quais Lélia Gonzalez nomeou de *América Ladina*.

Além disso, Melina de Lima nos lembrou sobre o conceito, instituído por Lélia Gonzalez, do *Pretuguês*, isto é, a influência da cultura africana no português brasileiro, com intuito de acabar com o preconceito linguístico – um exemplo dado pela palestrante foi o das pessoas que moram no morro do Rio de Janeiro, que falam *framengo* ao invés de flamengo, não porque são “burros” e não sabem falar, mas sim porque em muitos dialetos africanos não há a letra L no vocabulário.

No decorrer da palestra, Melina de Lima indicou obras que tratam da trajetória de Lélia Gonzalez e que trazem uma coletânea de textos da intelectual, como o livro *Primavera para as Rosas Negras* (2018); *Lugar de Negro* (1982) e *Porum feminismo-afrolatino-americano* (2020), lançado pela Companhia das Letras. Inclusive, Lélia é a mulher negra cuja obra é a mais vendida pela editora. Além disso, a neta de Lélia Gonzalez nos indicou autores importantes para inserir obras afro-brasileiras de modo a abordar o racismo nos estudos de literatura nas escolas, tais como Beatriz Nascimento, Carolina Maria de Jesus, Sueli Carneiro, Luiza Barros, Djamila Ribeiro e Conceição Evaristo. Para finalizar, Melina contou acerca do projeto *Lélia Gonzalez Vive*, o qual propõe uma ampliação no debate sobre feminismo e antirracismo no Brasil, resgatando o legado deixado pela intelectual negra e tornando-o acessível para além do ambiente acadêmico.

Nos próximos Seminários do GRAMSCHE, previstos ainda para 2022, debateremos sobre a vida e obra do geógrafo Milton Santos, referência no Brasil e mundo afora, com a exposição da Profa. Dra. Maria Encarnação Beltrão Sposito. O evento ocorrerá no IFSP - Campus Cubatão, na Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT), em novembro, no dia 08/11 as 14h. Também será abordada a vida e obra do historiador Nelson Werneck Sodré, com a exposição do Dr. Luís Eduardo da Rocha Maia Fernandes, ainda sem data definida.

Vitória Maria Barreto Barca é estudante quartanista do Curso de Técnico em Eventos Integrado ao Ensino Médio do IFSP/Cubatão

Para futuras informações, acompanhe o instagram do projeto @observatoriocidadeslitoraneas e o site oficial do IFSP-CBT (<http://cbit.ifsp.edu.br>).

CUBATÃO/SP DO PARAÍSO INDUSTRIAL DO VALE DA MORTE AO MODELO DE DESPOLUIÇÃO E POLO DA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO

Júlio César Zandonadi (IFSP/Cubatão)



<https://prototipo.wordpress.com/2012/12/16/cubatao-do-vale-da-morte-ao-vale-da-vida/>



*Júlio César Zandonadi
Docente de Geografia do IFSP-Cubatão
Doutor em Geografia
juliocesarzandonadi@ifsp.edu.br*

O título deste breve artigo pode parecer contraditório e é, mas é o que se espera em uma sociedade na qual o modo de produção se reproduz na base do esgarçamento e das contradições sociais.

Cubatão é uma das cidades pesquisadas pelo Observatório das Cidades Litorâneas, linha de pesquisa vinculada ao GRAMSCHE, e que tem como objetivo central analisar a produção e reprodução do espaço urbano nas cidades da Baixada Santista, o qual, com a desindustrialização cubatense, passou a ser o terreno fértil do turismo, da construção civil e do trabalho precarizado na própria construção civil, no comércio praieiro, na caça de caranguejo e comércio em autopistas. A história e as razões político-econômicas para o surgimento deste novo cenário é o que buscaremos apontar a seguir.



<http://www.sindaport.com.br/conteudo-pesquisa.php?id=9085>

Cubatão/SP, atualmente uma cidade modesta, com população estimada em 2021, pelo IBGE, em torno dos 132 mil habitantes, institucionalmente faz parte da Região Metropolitana da Baixada Santista, sendo a única cidade desta região que não é margeada pelo oceano, ou seja, a única não-litorânea. Situada no fundo de um vale, que abarca os rios Casqueiro e Cubatão, entre a Serra do Mar, onde inicia-se o Planalto Paulista e a Região Metropolitana de São Paulo, e as cidades litorâneas de Santos, São Vicente e Praia Grande.

Abordar a industrialização e desenvolvimento das forças produtivas e das relações capitalistas no interior do Brasil passa por, obrigatoriamente, compreender a cidade de Cubatão em sua forma, função e conteúdo, como metodologicamente destaca o geógrafo Milton Santos. A industrialização brasileira e os processos posteriores ficam evidentes ao entendermos a história de Cubatão e as transformações na forma, função e conteúdo desta cidade. É, portanto, a partir destes princípios que parte nossa contribuição para entender tanto o processo de industrialização brasileiro como a contemporaneidade deste território da Baixada Santista.

Na busca por compreender a estruturação da cidade de Cubatão remontamos ao século XVI.

À época, o fundo de vale onde está situada a cidade nos dias de hoje era um ponto de passagem e descanso de pessoas e cargas que seguiam do planalto para o Porto de Santos.

Contudo, será a partir das políticas de substituição de importações do Governo Federal comandado por Getúlio Vargas no século XX que Cubatão emergirá como polo industrial. Para tal, é fundamental destacar a situação geográfica privilegiada da cidade, entre a Região Metropolitana de São Paulo e o Porto de Santos, no fundo do Vale, com terras relativamente planas, como também com o preço muito inferior da terra se comparada a São Paulo e Santos.

A história de industrialização de Cubatão remete-se a períodos anteriores. Já em 1910, por exemplo, com o surgimento de indústrias curtidoras. Porém, é em 1925 que é instalada a maior usina hidrelétrica do país para a época, a Usina Henry Borden ou Usina de Cubatão. A usina em si não significou de imediato a industrialização de Cubatão. Mas com a fundação da Petrobrás em 1953 e a instalação da refinaria na cidade somada à implantação da rodovia Anchieta, finalizada em 1953, “implode” a industrialização cubatense, fazendo da cidade um polo petroquímico do país, com mais de 23 complexos industriais e 111 fábricas.

“

era um ponto de passagem e descanso de pessoas e cargas que seguiam do planalto para o Porto de Santos

Posteriormente, esse processo ganhará novo impulso com as políticas federais do período da ditadura civil-empresarial-militar no Brasil pós-1964, com o investimento nacional em indústrias de base e a abertura para a atuação do capital transnacional no país. Cubatão torna-se na década de 1970 um dos três grandes polos industriais do Brasil, sendo o terceiro maior PIB Industrial do Estado de São Paulo, atrás apenas da capital São Paulo e de São Bernardo do Campo, sede das fábricas automobilísticas.

A Cubatão industrial dos anos de 1950 a 1980 passa a atrair e condensar grande volume populacional, passando de uma população na década de 1960 de 37.147 habitantes para 107.661 habitantes na década de 1980. Sobre a população empregada diretamente na indústria, a década de 1980 é o ápice, com aproximadamente 25 mil operários, descontados os empregos informais os quais, segundo Damiani (1995), eram a grande maioria. Este último dado é o que a autora revela em sua dissertação de mestrado *“Na busca das favelas o encontro do peão que permanece – As favelas de Cubatão num quadro de desenvolvimento do centro petroquímico-siderúrgico”*. Neste trabalho, Damiani define os trabalhadores informais como peões, isto é, aquele grande volume de migrantes vindos das mais diversas regiões do Brasil, mas principalmente dos estados do Nordeste, sem escolaridade, sem formação técnica, dependentes da “sorte” e que encontram em Cubatão o contexto de trabalho informal agitado, devido à implantação de inúmeras indústrias. O aquecimento da construção civil foi o terreno fértil para a construção do território do peão. A autora ainda apresenta a divisão territorial regional, em que os trabalhadores formais das indústrias foram residir em Santos e São Vicente, enquanto os informais permaneceram em Cubatão por meio de ocupações e processos de favelização. Isto decorria da implantação intensiva de plantas industriais, as quais elevavam o preço da terra em Cubatão, não dando outra opção de moradia ao trabalhador informal além da favela – motor da favelização. Entretanto, este “paraíso” industrial da empregabilidade e do trabalho é acompanhado pela total

desregulamentação ambiental da atividade industrial química, siderúrgica, petroquímica, de centenas de indústrias de fertilizantes, com três décadas de emissões de líquidos e gases no solo, água e atmosfera cubatense, dando origem à alcunha amplamente divulgada nas décadas de 1980 e 1990: a de “Vale da Morte” – referência à cidade de Cubatão. Tal alcunha vinha da situação das vilas e favelas originadas neste contexto, tais como a Vila Parisi, conhecida na época como um dos bairros mais poluídos do mundo, ou mesmo a tragédia da Vila Socó em 1984, quando um incêndio originado de vazamentos de dutos petroquímicos arrasou a favela, com um número oficial [contestado] de 93 mortos. Isto sem mencionar o título de “cidade mais poluída do mundo” dado pela OMS [Organização Mundial da Saúde] na década de 1980.

A reversão deste quadro pass ou pelo que o Governo do Estado de São Paulo chamou de “Plano de Ação para Controle da Poluição Ambiental de Cubatão”, mas sobretudo pelas novas formas de organização e territorialização do trabalho, principalmente da indústria pós-década de 1970, que atingiu diretamente os países subdesenvolvidos da América do Sul. Aquilo que se expressaria mais tarde com o Consenso de Washington, em 1989, e a adoção intensa de medidas neoliberais, tendo como foco central a privatização das indústrias de base e grandes empresas nacionais. É neste contexto que a indústria siderúrgica situada em Cubatão é desconstruída, com a privatização da principal delas, a COSIPA, que passa a ser Usiminas, transferindo grande parte da sua produção para o interior de Minas Gerais e países do sudeste asiático. As legislações ambientais, mais rigorosas pós-1990, atingem diretamente as transnacionais de fertilizantes e químicas, que passam a buscar locais onde tal regulamentação não seja um obstáculo à produção e à lucratividade.

É neste contexto que Cubatão, durante a década de 1990 e 2000, deixa de ser o “Vale da Morte” e paraíso industrial para passar a ser “modelo” de despoluição para a OMS e outras organizações internacionais associadas a causas ambientais.

Contudo, o impacto da despoluição e extinção do “Vale da Morte” atingiu diretamente o mundo do trabalho, com redução drástica dos empregos diretos

na indústria que, em agosto de 2022, de acordo com a Fundação SEADE, chegava a 8.862 trabalhadores, com 30% da população residente no município sem rendimento. Do total de domicílios na cidade, 40%, de acordo com o Censo IBGE-2010, estavam em aglomerados subnormais, ou seja, em área de ocupação com predominância de processos de favelização, percentual que representava 41% da população total da cidade. Por fim, em agosto de 2022, dos empregos em Cubatão apenas 25.385 são formais, de acordo com a Fundação SEADE – o que nos dá uma ideia em números sobre o impacto social desse processo.

O objetivo deste pequeno artigo-ensaio foi o de trazer algumas reflexões importantes para a atual fase do capitalismo brasileiro a partir do que acontece no outrora Vale da Morte. Em primeiro lugar, sobre a industrialização como setor produtivo, o qual, no modo de produção vigente, tem a lucratividade como objetivo central, deixando em segundo plano a produtividade, empregabilidade, geração de renda e emprego, preservação ambiental, avanço tecnológico, entre tantas outras características tidas como socialmente necessárias – esses últimos em especial não parecem constituir a pauta do setor industrial capitalista.

Em segundo lugar, é que a desindustrialização constatada em Cubatão está intimamente associada às medidas neoliberais, às orientações do Consenso de Washington, tais como as inúmeras privatizações das indústrias de base estatais, como também ao acirramento das legislações ambientais pós-1990. É importante deixar claro que não pactuamos com discursos “anti-preservacionistas”, contudo, a indústria capitalista tem como princípio para o fomento à industrialização pela degradação ambiental, ou é conhecida do público geral alguma concentração industrial que não incorra em problemas ambientais graves?

E, por fim, constata-se que onde as políticas neoliberais agem se consolidam o contexto que resulta é o da precarização do trabalho, mas também da moradia, das condições de vida, de saúde e de educação pública, sem mencionar a dimensão temporal, isto é, a completa ausência do tempo de lazer.

Júlio César Zandonadi é Doutor em Geografia, Professor de Geografia do IFSP/Cubatão e integrante do GRAMSCHE.

ASTROJILDO PEREIRA: DAS DESILUSÕES DA JUVENTUDE À OPÇÃO COMUNISTA

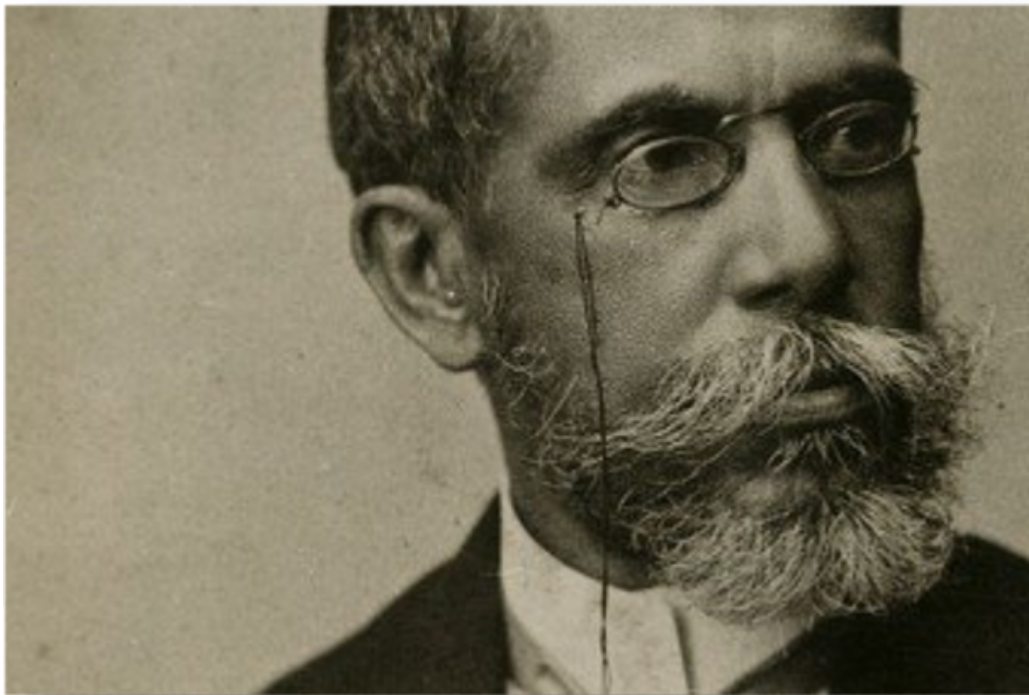
Ricardo Rodrigues A. de Lima (IFSP/São José dos Campos)



<https://www.brasilefatopr.com.br/2022/03/28/astrojildo-pereira-e-o-centenario-de-fundacao-do-partido-comunista>



O primeiro centenário da Independência do país, em 1922, foi marcado pela tensão entre uma velha sociedade que persistia em resistir e uma nova, que lutava por nascer. Era o que mostrava a rebelião dos tenentes, a Semana de Arte Moderna, mas também o movimento da classe trabalhadora, com a fundação do Partido Comunista do Brasil (PCB) no mesmo ano, fato pouco percebido pelo público à época. Neste artigo, o autor retoma aquele período tendo por fio condutor um personagem importante, mas por vezes esquecido: Astrojildo Pereira, militante político, jornalista e um dos fundadores do PCB.



https://www.pensador.com/autor/machado_de_assis/biografia/

Decepções juvenis durante a República, Machado de Assis e a descoberta do Anarquismo.

Astrojildo Pereira nasceu em Rio Bonito (RJ) em 1890. Seu pai era pequeno proprietário rural e comerciante de frutas. “Foi delegado de polícia e presidente da Câmara dos vereadores. Era tido como autoritário e briguento”. O filho seguiu caminho distinto de seu pai. Os primeiros vinte anos da vida de Astrojildo Pereira expressam as oscilações políticas e existenciais tão comuns às camadas médias. Estudou em colégio público, na época em que a educação e a disciplina eram ensinadas por “bolos” de palmatória nas mãos. Aos treze anos, foi estudar no Colégio Anchieta, de perfil aristocrático, dos padres jesuítas, em Nova Friburgo (RJ). Teve uma primeira “experiência jornalística”, nesses tempos, ao redigir, junto com colegas, um jornal clandestino pornográfico. Apesar da heresia, tinha o desejo de ser frade, “não padre”. Mas decepcionou-se profundamente ao pegar em mentiras seus professores católicos. A crise religiosa íntima o afastou em definitivo do catolicismo. Saiu do Anchieta e foi estudar no colégio Abílio, de Niterói (RJ), também importante à época, onde redigiu os primeiros versos amorosos. Aos quinze anos, já era ateu. Abandonou o curso ginasial e entregou-se ao “autodidatismo arqui-atabalhado”.

Tinha sede de conhecimento e, no ato de ler, buscou respostas às suas inquietações.

Um episódio marcante na vida de Astrojildo Pereira foi a visita a Machado de Assis quando este estava em seu leito de morte. Vários escritores importantes da época estavam na casa de Machado de Assis quando um jovem desconhecido, de cerca de dezessete anos, bateu à porta e pediu para entrar. Havia lido nos jornais que o grande escritor, que muito apreciava, estava com a saúde muito debilitada. Após muito hesitar, decidiu ir à casa do mestre. Diante da insistência, o próprio Machado de Assis autorizou sua entrada. Foi conduzido ao quarto. Não disse uma palavra, ajoelhou-se, beijou a mão do mestre, aconchegou-se em seu peito e saiu sem dizer nada.

Segundo Euclides da Cunha, que relatou o acontecido: “Qualquer que seja o destino desta criança, ela nunca subirá tanto na vida. Naquele meio segundo – no meio segundo em que ele estreitou o peito moribundo de Machado de Assis – aquele menino foi o maior homem de sua terra”. Horas depois, o escritor morreu.

Astrojildo Pereira, de fato, nunca teve o reconhecimento de um autor como Machado de Assis, mas teve um papel histórico decisivo para a organização autônoma da classe trabalhadora brasileira, como veremos.

“

“Qualquer que seja o destino desta criança, ela nunca subirá tanto na vida. Naquele meio segundo – no meio segundo em que ele estreitou o peito moribundo de Machado de Assis – aquele menino foi o maior homem de sua terra”

Como intelectual e crítico literário que foi, escreveu obras sobre seu autor preferido, como “Machado de Assis. Ensaaios e apontamentos avulsos” (1959). Também lia e admirava o escritor Lima Barreto. Astrojildo Pereira manteve-se ligado à literatura por toda a vida, um dos pilares do projeto de democracia cultural que viria a defender para o país no contexto de enfrentamento do nazifascismo na década de 1940. Outro episódio importante para se entender a trajetória de Astrojildo Pereira e o Brasil de sua época foi a campanha civilista, de 1910, que tinha Rui Barbosa como candidato a presidente. Naquele momento, Astrojildo começou a trabalhar como gráfico – mesma profissão exercida por Machado de Assis – e a participar da vida política do país. Aquela disputa presidencial opunha o militar Hermes da Fonseca ao intelectual civil Rui Barbosa, daí o termo civilista. Houve tensão entre as classes dominantes na disputa pela presidência e São Paulo apoiou a candidatura de Rui Barbosa. Fato novo para a época, a campanha civilista foi marcada pelos comícios, passeatas, o corpo a corpo com eleitores, críticas ao voto de cabresto (quando o eleitor era obrigado a votar em quem seu chefe determinava) e os discursos eloquentes de Rui Barbosa, o “Águia de Haia”. Carisma político e agitação de massas começavam a fazer parte da luta política na República brasileira, uma sociedade politicamente excludente e socialmente desigual – bem ao gosto dos atuais defensores do neoliberalismo no país. Astrojildo Pereira percebeu a possibilidade de mudanças e engrossou as fileiras dos civilistas, mas a vitória ficou com a candidatura do militar Hermes da Fonseca, patrocinada pela máquina do Estado. Outros fatos também pesaram para a desilusão do jovem Astrojildo Pereira com a República brasileira e o poderio das classes dominantes ao redor do mundo. Em 1909, foi fuzilado o pedagogo anarquista catalão Francisco Ferrer y Guardia (1859-1909), fundador da Escola moderna que apresentou um inovador projeto de implementação de

uma pedagogia libertária, identificada à classe operária e que propunha a formação de um novo homem e uma nova mulher pela educação. A classe dominante espanhola foi impiedosa com Ferrer y Guardia. Em 1910, no Brasil, no final de novembro, ocorreu a revolta dos marinheiros, liderados por João Cândido, contra a chibata na marinha, a famosa “Revolta da Chibata”, que seria esmagada pelo Estado brasileiro. Rui Barbosa, candidato derrotado nas eleições, denunciaria no Senado aquela prática de um “regime militarista brutal”, com os marinheiros revoltosos aprisionados na Ilha das Cobras. A classe dominante e o Estado brasileiro também se mostravam impiedosos com aqueles que ousassem reivindicar direitos e dignidade. Como Astrojildo Pereira reagiu a tais fatos? Segundo seu antigo companheiro de lutas, Heitor Ferreira Lima: “Perdida a fé religiosa e com a descrença no regime, dá-se a sua separação ideológica do ambiente em que vivia, levando-o a buscar outros horizontes, pelo qual ansiava seu coração de moço”.

Um novo caminho seria buscado pelo jovem Astrojildo a partir da leitura de um par de jornais e folhetos que lhe trouxera o pai. Ali se deparou com o endereço de um centro anarquista em Niterói, onde foi bater à porta. Fez contato com o operário e tecelão anarquista Rafael Garcia. Era o encontro de Astrojildo Pereira com o movimento operário e anarquista brasileiro. A contradição gerada no interior da desigual sociedade brasileira que dava seus passos iniciais na incorporação da revolução industrial foi a formação de uma nova classe social – operária – e de um movimento pequeno, mas muito combativo, em defesa desta classe e contra a ditadura do Estado e do poder burguês. Eram os anarquistas, os quais já vinham marcando presença em cidades como São Paulo, Rio de Janeiro e Santos. Astrojildo Pereira passou a ler os grandes representantes do anarquismo, como Kropótkin, Bakunin e Malatesta.

Da “separação ideológica do ambiente em que vivia” ao encontro com a classe operária.

“

Um novo caminho seria buscado pelo jovem Astrojildo a partir da leitura de um par de jornais e folhetos que lhe trouxera o pai.

Uma nova perspectiva abriu-se para o jovem Astrojildo. Imbuído de espírito aventureiro, fez, quase sem dinheiro, uma viagem em 1911 para a Europa, “com o saco às costas e o cachimbo na boca”, “um bilhete de terceira e a perspectiva de dezoito dias no mar”. Encontrou-se com o amigo Max Vasconcelos em Gênova, Itália, e de lá seguiram para Paris. Sem dinheiro, foram socorridos por integrantes da Associação da Colônia Brasileira, de Paris, que lhes bancaram as passagens de volta e lhes deram mais 50 francos para a compra de livros. Finda a aventura europeia, desembarcou com o mesmo cachimbo à boca e o saco nas costas, na condição de “o mais vermelho dos patriotas”.

Da militância anarquista à fundação do PCB

A partir dali, suas energias estariam concentradas na luta pela mudança de uma sociedade que “é a da exploração econômica e da opressão política em que vivem as classes laboriosas, operários da indústria e da lavoura, colonos e pequenos lavradores, artesãos e intelectuais pobres, todos, sem exceção, jungidos ao capitalismo estrangeiro – ou diretamente nas empresas imperialistas, ou indiretamente por intermédio do capitalismo “nacional””, conforme a descrição que fez da realidade brasileira posteriormente, em 1931, no “Manifesto da Contra-Revolução”.

Em 1912, participou do 2º Congresso Operário Brasileiro, organizado sob a liderança dos anarquistas, e que fora realizado em oposição ao 4º Congresso do Movimento Operário organizado no suntuoso Palácio Monroe sob a direção do governo Hermes da Fonseca. De um lado, a formação de um movimento operário autônomo, do qual participava Astrojildo Pereira e outras grandes lideranças anarquistas, como Edgard Leuenroth. De outro, a tentativa de controlar a classe operária a partir do Estado. Em 1914, Astrojildo Pereira já era um ativo dirigente da Confederação Operária Brasileira, buscando insistentemente informações a respeito das condições de vida dos trabalhadores em cada região do país.

O mergulho na realidade dos trabalhadores brasileiros o levou a tomar conhecimento das condições de vida de uma família operária no Rio de Janeiro, “privados de bife, de legumes, de batatas, de sopas e de outros alimentos necessários”. Um mergulho na realidade Dos colonos imigrantes que vieram trabalhar nas fazendas e que, diante da resistência às atrocidades que eram submetidos no trabalho, “eram arrastados à força para uma espécie de subterrâneo, atados a um tronco, chicoteados, até que o sangue lhes corresse sobre todo o corpo, e abandonados, depois, naquela posição durante três ou quatro dias, em luta com a fome e com a morte”. Um mergulho na realidade Dos trabalhadores dos seringais no Norte do país, “miseravelmente ludibriados pelos agentes seringueiros” nas terras da borracha.

Era o início de um tipo de reflexão ligada às condições e vida da classe trabalhadora que o levaria posteriormente a incorporar o marxismo.

Frente a esta realidade do mundo do trabalho na Primeira República do Brasil, Astrojildo Pereira buscou participar da organização autônoma da classe operária e desenvolveu papel importante como jornalista, contribuindo para a afirmação da imprensa operária no país, veículo de educação e formação da consciência de classe. Contribuiu para jornais como A Voz do Trabalhador e A Plebe, jornais que denunciavam as duras condições de vida da classe trabalhadora brasileira e que estimulavam a ação operária frente ao Estado e à burguesia, especialmente por meio da organização de sindicatos operários independentes de seus patrões. Durante o período da chamada Primeira Guerra Mundial (1914-1918), o movimento operário brasileiro de tendência anarquista intensificou suas ações e ampliou sua influência sobre a classe operária brasileira.

Foram marcantes os protestos contra a guerra, mas, principalmente, a intensificação da luta de classes, que culminou com as famosas greves operárias de 1917, ocorridas no mesmo ano em que eclodia a revolução socialista na Rússia sob a liderança dos bolcheviques.

Astrojildo Pereira participou ativamente deste período, posicionando-se desde o início contra a guerra, a favor do movimento operário e da revolução na Rússia.

Nesse período, Astrojildo deu continuidade à atuação jornalística por meio das páginas de O Debate, em que foi um dos diretores junto a Adolpho Porto, e especialmente no tabloide Crônica Subversiva, publicado a partir de 1918 e redigido apenas por ele próprio. Artigo muito importante desse período foi “A Revolução Russa e a Imprensa”, de 1918, em que o autor valorizava as conquistas sociais da revolução frente aos ataques da imprensa brasileira – uma imprensa sempre disposta a “narrar” os fatos pela perspectiva das classes dominantes, como ocorre até hoje nos principais meios de comunicação no Brasil e no mundo.

Os anos de 1917-1918 marcam o auge e início do declínio do movimento anarquista na classe operária brasileira. São Paulo conheceu, em 1917, uma das maiores greves de trabalhadores da história do país. Em 1918, no Rio de Janeiro, um grupo de militantes anarquistas, inspirados pela Revolução Russa, fizeram uma tentativa de implantação de um soviete na cidade (os famosos conselhos de operários, camponeses e soldados que foram a base social da revolução na Rússia), o que seria “o juízo final da burguesia”, conforme as palavras da Crônica Subversiva.

Fizeram parte desse levante figuras importantes à época, como o professor José Oiticica, do Colégio Pedro II. Esse não era um fato isolado. Ocorreu num momento de crise do imperialismo e de tragédia humanitária provocada por uma guerra mundial. Tal crise também repercutiu no Brasil, potencializando suas tensões internas. Além da agitação de um novo movimento operário em regiões mais industrializadas do país, havia uma combinação de conflitos no interior do pacto oligárquico de divisão do poder político e de crise sanitária, com a morte de milhares de pessoas vítimas da “gripe espanhola” no Rio de Janeiro e em São Paulo.

Com relação à ação insurgente no Rio de Janeiro, um policial infiltrado no movimento, que se organizava a partir do bairro de São Cristóvão, foi peça chave para debelar a experiência do “Soviete do Rio” e prender seus integrantes.

O plano de tomar a sede do Governo Federal, o Palácio do Catete, pelos operários da Gávea com apoio de outros levantes operários pela cidade, os quais formariam os “Comitês de Operários e Soldados”, não pode ser realizado. Mais de cem trabalhadores foram presos e sindicatos foram fechados. Astrojildo Pereira foi preso e saíria da Casa de Detenção em 1919. Segundo seu amigo, Heitor Ferreira Lima, Astrojildo lhe confessou que as penas condenatórias foram leves porque o juiz encarregado do processo fora um “simpatizante do anarquismo ou socialismo”.

A trajetória de Astrojildo Pereira após sair da prisão, em 1919, representa um momento de transição na própria organização da classe trabalhadora brasileira. Naquele mesmo ano, um grupo de anarquistas fundou um partido comunista. A experiência, ainda que muito breve, anunciava as novas formas de organização do mundo do trabalho. As tensões com o movimento anarquista se faziam mais frequentes a partir dali e Astrojildo Pereira, cada vez mais inspirado na experiência dos bolcheviques na Rússia, identificaria a necessidade de o movimento operário organizar-se sob nova forma e com o objetivo de disputar o poder do Estado com as classes dominantes.

Nas palavras do próprio Astrojildo Pereira, o período de greves e agitações de massa de 1917 a 1920

“puseram a nu a incapacidade teórica, política e orgânica do anarquismo para resolver os problemas de direção de um movimento revolucionário de envergadura histórica, quando a situação objetiva do país [...] abria perspectivas favoráveis a radicais transformações na ordem política e social dominante”. Um passo importante para a transição do anarquismo ao comunismo foi a fundação da revista Movimento Comunista, em janeiro de 1922. Ela foi a base para o salto qualitativo a ser dado por uma fração do movimento operário que iria assumir a forma de partido político.

Em março de 1922, em Niterói (RJ), com a presença de 9 delegados que representavam 73 integrantes de diversos grupos regionais, era fundado o PCB (Partido Comunista do Brasil). Uma organização política independente da classe trabalhadora frente o Estado oligárquico e o poder burguês. Seu objetivo era o de lutar pelo socialismo no Brasil de modo integrado ao movimento comunista liderado pela Internacional Comunista. Astrojildo Pereira foi seu primeiro secretário-geral. Com a nova organização, a formação de um homem novo.

O intelectual e político que para a vida privada defendia “fidelidade no amor e nas poucas amizades”, “otimismo, alegria, bom humor, tranquilidade”, propunha, para a ação política comunista,

“

Com a nova organização, a formação de um homem novo.



“refletir maduramente antes de decidir”, para “agir em seguida com energia, firmeza e audácia”. Como membro de um coletivo, ter “lealdade absoluta, em todas as circunstâncias, a IC [Internacional Comunista] e ao Partido”. Os oito anos seguintes em que Astrojildo Pereira foi o principal dirigente comunista no país foram intensos e com várias experiências que merecem análises à parte, como a constituição do Bloco Operário Camponês (BOC) pelo PCB para disputar o poder e as eleições no Brasil e a tentativa de aliança dos comunistas com os integrantes da Coluna Prestes, o que ocasionou um encontro histórico de Astrojildo Pereira com Luiz Carlos Prestes na Bolívia em 1927.

O jovem inquieto e cheio de dúvidas que se decepcionara com a Igreja e com a derrota do movimento civilista de Rui Barbosa encontrou no movimento operário da época, primeiro anarquista e depois comunista, um caminho para expressar sua humanidade e colocar seu talento individual em prol da ação coletiva por uma nova sociedade. Num momento de crise do poder das classes dominantes, uma nascente classe trabalhadora ofereceu uma alternativa de vida para muitos jovens.

Depois de 1930, quando foi destituído do cargo de secretário-geral do PCB, Astrojildo Pereira encontrou-se em situações diversas, ora afastado e isolado, ora integrado ao partido. Chegou a sobreviver num período da vida como vendedor de bananas. Permaneceu comunista até sua morte, em 1965, pouco tempo após ser liberado da prisão pelos militares. Manteve-se fiel, por toda a vida, ao seu partido, à classe trabalhadora e à democracia socialista. Um antagonista do poder burguês e do nazifascismo.

Refletir sobre a trajetória do jovem Astrojildo Pereira é de fundamental importância para o mundo do trabalho num momento em que parcela significativa da juventude é atraída por ideologias irracionais de um capital em crise estrutural. Quais as opções de hoje para os/as jovens Astrojildos?

Ricardo Rodrigues A. de Lima é Doutor em História, Professor de Sociologia do IFSP/São José dos Campos e integrante do GRAMSCHE.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

[1] FEIJÓ, Martim César. O revolucionário cordial. Astrojildo Pereira e as origens de uma política cultural. São Paulo: Boitempo, 2001.

[2] LIMA, H. F. “Apresentação”. In: PEREIRA, Astrojildo. Ensaios históricos e políticos. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979. p.XIX.

[3] PEREIRA, Astrojildo. Um esguicho de civilização (das notas de viagem dum vagabundo). In: Memória & História. São Paulo: LECH/ASMOB, 1981, p.95.

[4] PEREIRA, Astrojildo. Ensaios históricos e políticos. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979. p.179.

[5] PEREIRA, Astrojildo. Generalidades. In: Memória & História. São Paulo: LECH/ASMOB, 1981, p.104.

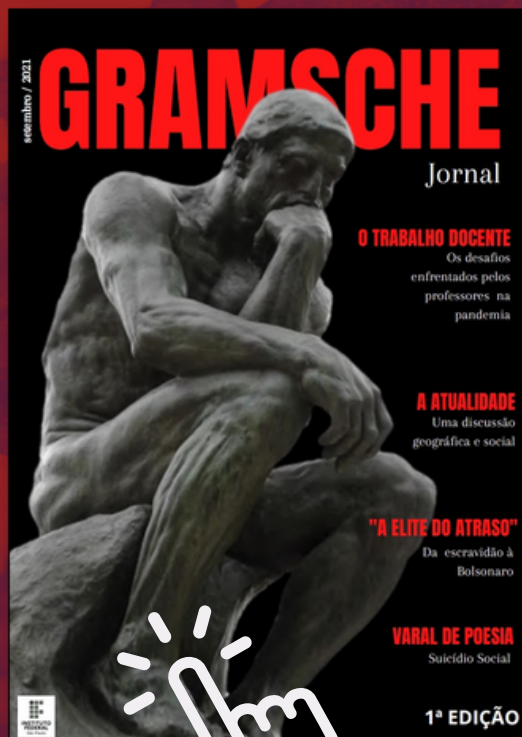
[6] PEREIRA, Astrojildo. Ensaios históricos e políticos. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.

[7] PEREIRA, Astrojildo. Confissões. In: Memória & História. São Paulo: LECH/ASMOB, 1981

“

Chegou a sobreviver num período da vida como vendedor de bananas.

CONFIRA AS EDIÇÕES ANTERIORES



**Clique nas imagens e
acesse gratuitamente na
íntegra as edições
anteriores do nosso jornal!**